



ACÓRDÃO Nº619/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Processo TCE - AM nº 11584/2019.

- 1- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 2- **Órgão:** Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural – AADC.
- 3- **Exercício:** 2018.
- 4- **Responsável:** Ana Patricia Cuvello Veloso (Ordenador de Despesa).
- 5- **Advogado:** Não Possui.
- 6- **Unidade Técnica:** DICA.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6743/2019-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 8- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural - AADC. Exercício de 2018.

Irregularidade. Multa. Ciência.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar irregular** as Contas da Sra. **Ana Patricia Cuvello Veloso**, gestora da Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural – AADC, referente ao exercício de 2018, nos termos do artigo 22, inciso III, alínea “b”, da Lei nº 2.423/1996-LOTCE/AM c/c o artigo 188, inciso II; §1º, inciso III, alínea “b”, estes da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, em razão das impropriedades relacionadas no item 2 do Relatório/Voto.
- 9.2. **Aplicar Multa** no valor de **R\$ 30.000,00** à Sra. **Ana Patricia Cuvello Veloso**, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com fundamento no artigo 54, inciso VI, da LOTCE/AM, em razão das graves infrações às normas legais e regulamentares, evidenciadas no Relatório Conclusivo nº 46/2019-DICA, por descumprimento ao(s): *i)* artigo 2º da Resolução TCE/AM nº 04/2016 (restrição nº 1); *ii)* artigos 101 a 106 da Lei nº 4.320/1964, Portaria MF nº 184/2008 e artigo 1º, e seguintes, da Resolução TCE/AM nº 03/2013 (Restrições nº 2.1, nº 2.2 e nº 2.3); *iii)* artigo 16 da Lei nº 8.666/993



ACÓRDÃO Nº619/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

e o artigo 6º, inciso I, da Lei 12.527/2011 (Restrição nº 3); *iv*) artigo 25, inciso III, artigo 60, artigo 65, inciso I, e artigo 58, inciso IV, todos estes da Lei nº 8.666/1993 (Restrição nº 6); *v*) artigo 67 da Lei nº 8.666/1993, artigo 195, §3º da CF/88, c/c o artigo 29, incisos III e IV, da Lei nº 8.666/1993, e artigo 14, *caput*, também da Lei nº 8.666/1993 (Restrição nº 7); *vi*) artigo 70, parágrafo único da CF/88 c/c seu correspondente art. 40 da Constituição Estadual do Amazonas – CEAM (Restrição nº 8).

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

9.3. Dar ciência da decisão à Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural - AADC.

9.4. Dar ciência da decisão à Sra. Ana Patricia Cuvello Veloso.

10- Ata: 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 17 de Junho de 2020.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

12.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

13- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral